

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Para poucos

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a realização de um almoço de aniversário pelos 15 anos da filha caçula do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Laura Bolsonaro. A comemoração está prevista para este sábado, na residência onde Bolsonaro cumpre prisão domiciliar.

Convidados

Apenas nove pessoas, indicadas pela defesa de Bolsonaro, poderão participar da festa. Entre elas estão seis integrantes do grupo de oração liderado por Michelle Bolsonaro; a senadora Damares Alves (Republicanos-DF); a madrinha da aniversariante e o maquiador Agustin Fernandez.

Arquivado

Em outra decisão, o ministro do STF arquivou a ação contra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, movida pelo PT. Segundo a representação feita pelo partido, o ex-ministro bolsonarista teria cometido um ato antidemocrático ao dizer que “ninguém aguenta mais a tirania de um ministro como o (Alexandre de) Moraes”. O magistrado seguiu o parecer da Procuradoria-Geral da República.

Inconstitucional

No parecer, o procurador-geral Paulo Gonet afirmou que a anistia a condenados por crimes contra a democracia, como no caso dos acusados pelos atos de 8 de janeiro, é inconstitucional. Mas afirmou que as articulações políticas em favor da proposta não configuram crime. Segundo Gonet, ações nesse sentido “não constituem ilícito penal e estão dentro dos limites da liberdade de expressão”.

Motta e o problema crônico das aéreas

A indignação do presidente da Câmara, Hugo Motta, com as companhias aéreas e a possível cobrança para bagagem de mão é o capítulo mais recente de um setor econômico com problemas graves. Vez ou outra, políticos anunciam medidas que denotam alguma preocupação com o passageiro ou a qualidade do serviço. Na maior parte das ocasiões, essas iniciativas resultam apenas em palavrório, com poucos benefícios para o consumidor.

Uma das ações que não decolaram foi o programa Voa Brasil, lançado pelo governo federal em julho de 2024 para dar uma chance a aposentados comprarem passagens aéreas por até R\$ 200. Um ano depois, apenas 1,5% dos bilhetes foram adquiridos. Havia

uma promessa de se estender o benefício do Voa Brasil a estudantes. Até o momento, não há previsão para essa medida.

Paralelamente, as dificuldades financeiras das companhias se agravaram notoriamente a partir da pandemia, com a redução drástica de voos. A alta do dólar e a taxa elevadíssima de juros também atingiram a operação dessas empresas. Os sinais são inequívocos: nos últimos cinco anos, as três principais companhias do país pediram recuperação judicial.

Isso explica por que se pretende cobrar mais do consumidor para utilizar o transporte aéreo. Nada indica que a ação das autoridades resulte em melhora significativa nesse cenário.



Pague mais

Para aumentar o cerco às bets, o deputado Pauderney Avelino (União-AM) apresentou um projeto que aumenta a tributação de 12% da receita bruta dos jogos para 25% e destina 6% dos valores arrecadados para a promoção de políticas públicas de interesse social, como a área da saúde.

Visita

O filho da deputada Carla Zambelli (PL-SP) irá visitá-la na prisão na Itália na próxima semana. João afirma que a mãe está muito mal e que não tem recebido tratamento adequado para a depressão. Zambelli tem escrito cartas e a família avalia publicar para que os apoiadores possam se comunicar com ela após o retorno de suas redes sociais.

Boas práticas

Na próxima semana ocorrerá o pré-lançamento da 7ª edição do anuário sobre o setor de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) da América Latina. Serão apresentados os 50 finalistas das categorias do prêmio “Mais Admirados Profissionais de RIG do Ano”, e as prévias dos resultados da pesquisa de 2025. Pela primeira vez, houve a pesquisa salarial da categoria. O evento será no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), na próxima quarta-feira (22) às 18h.

Crime contra saúde

O Brasil lidera a desinformação sobre vacinas na América Latina, segundo estudo divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas. A rede social Telegram concentra 40% das informações deturpadas sobre a imunização. A pesquisa mapeou 81 milhões de mensagens em 1.785 comunidades do Telegram entre 2016 e 2025. Foram analisados os dados em 18 países da América Latina e Caribe.

Hora de agir

Para combater essa moléstia, o Ministério da Saúde promove, de hoje até 31 de outubro, o Dia D nacional de multivacinação. A ideia é atualizar a caderneta de vacinação de crianças e adolescentes até 15 anos de todo o país. No Distrito Federal, as vacinas estão disponíveis em mais de 100 localidades. A lista completa pode ser acessada no link <https://www.saude.df.gov.br/locais-de-vacinacao>

CONGRESSO

Custo milionário para Câmara

Casa já gastou R\$ 3,3 milhões com gabinetes de deputados que estão presos ou fora do Brasil, sem registrar presença em sessões

A Câmara dos Deputados já gastou, em quase dois anos, R\$ 3,3 milhões para custear gastos do gabinete de parlamentares que estão presos ou fora do Brasil, sem registrar presença em sessões. Foram cerca de R\$ 1,9 milhão gastos com Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), R\$ 900 mil com Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e R\$ 300 mil com Carla Zambelli (PL-SP). Governistas criticam gastos e até já apresentaram projeto de lei contra “deputado home office”.

Tanto Zambelli como Eduardo, apesar de ausentes e impedidos de receberem salário da Câmara por determinação da Corte, mantêm o mandato de deputado federal e o gabinete ativo, mesmo sem poder registrar presença.

Já Brazão perdeu o mandato em abril passado, pouco mais de um ano depois de ser preso preventivamente sob acusação de ser o mandante do assassinato da ex-vereadora do Rio Marielle Franco.

Maior parte dos gastos da Câmara foi em razão do custeio do gabinete. A regra da Casa legislativa diz que parlamentares podem contratar entre cinco e 25 assessores. A verba máxima mensal para ser gasta com essa equipe pode chegar a R\$ 133.170,54.

Os dois deputados do PL pediram licença parlamentar para saírem do Brasil. O primeiro passo foi dado por Eduardo, que foi aos Estados Unidos buscando sanções do governo americano ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O afastamento, segundo o que determina a Câmara, durou quatro meses e expirou em julho. Desde então, mesmo sem registrar presença em nenhuma sessão, Eduardo mantém um gabinete operante na Câmara.

O mesmo aconteceu com Zambelli, que pediu licença e foi para a Itália após ser condenada pelo STF

Reprodução/YouTube



Eduardo Bolsonaro está nos EUA trabalhando contra o Brasil



É uma vergonha. Eles continuarem recebendo salários e usando verbas de gabinete é um escárnio. Por essas e outras razões, a Câmara dos Deputados está perdendo credibilidade”

Helder Salomão (PT-ES), deputado

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Carla Zambelli, condenada pelo Supremo, está presa na Itália

a 10 anos de prisão pela invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela acabou sendo localizada pela polícia italiana e presa no final de julho.

A licença de Zambelli expirou no começo deste mês. O gabinete continua ativo apesar de a deputada estar presa.

Mesmo durante a licença parlamentar, os funcionários do gabinete de Eduardo e Zambelli continuaram ativos na Câmara.

Procurada, a Casa informou que deputados que tiram licença por motivo de saúde conjuntamente com a licença para tratar de interesse particular mantêm a estrutura do gabinete. Nesse período, os funcionários, que são pagos com a verba de gabinete, trabalham para o suplente que assumiu a vaga.

O gabinete da deputada Carla Zambelli respondeu à reportagem que a estrutura segue funcionando normalmente. “A equipe de assessores e colaboradores continua desempenhando suas funções

administrativas, legislativas e de atendimento às demandas da população, garantindo a continuidade dos trabalhos e do mandato da parlamentar”, disse a equipe, em nota. “O gabinete permanece comprometido com a responsabilidade institucional e com o pleno exercício das atividades vinculadas ao mandato da deputada.”

Segundo a equipe, mesmo com a deputada presa, os assessores têm a responsabilidade de fazer a execução das rotinas administrativas, gestão de documentos e processos internos, elaboração de estudos e minutas legislativas, acompanhamento de pautas e comissões, atendimento às demandas da população e interlocução com órgãos públicos.

Hoje, o gabinete da deputada mantém 12 funcionários. Em setembro, essa equipe custou R\$ 103,2 mil da verba da Câmara. A reportagem também perguntou se atualmente há contato direto do gabinete com a deputada. “A

equipe da deputada Carla Zambelli é formada por profissionais experientes que já trabalham com ela há bastante tempo e conhecem suas orientações e forma de atuação”, respondeu a equipe.

No gabinete de Eduardo trabalham nove servidores que custam R\$ 132,4 mil por mês à Casa. Procurado, o gabinete não respondeu às perguntas da reportagem.

Baixa produção

Até o momento, ambos seguem muito pouco produtivos na Câmara. Estando nos Estados Unidos, Eduardo dividiu a coautoria em emendas ao texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e foi subscritor de outra PEC que dificulta a criação de moeda digital pelo Banco Central em setembro, depois um hiato produtivo de seis meses.

Governistas criticam gastos da Câmara com os ambos os deputados. “É uma vergonha. Eles

continuarem recebendo salários e usando verbas de gabinete é um escárnio. Por essas e outras razões, a Câmara dos Deputados está perdendo credibilidade”, disse Helder Salomão (PT-ES).

“Acho isso um absurdo. São deputados que não exercem o mandato plenamente. Dois deles com condenações, e acaba gerando um custo, recurso público, sem gerar qualquer tipo de eficiência política, administrativa, funcional para o Parlamento e a sociedade brasileira”, afirmou o deputado Alencar Santana (PT-SP), primeiro-vice-líder do governo na Câmara.

Santana é autor de um projeto de resolução da Câmara que proíbe o que ele chama de “deputado home office”. O texto diz que, para exercer o mandato parlamentar, o deputado deve apresentar-se à Câmara durante a sessão legislativa “em território nacional”. Caso ele esteja fora do país em afastamento irregular e sem justificativa, ele pode perder o mandato. O texto também proíbe que deputados usem do mandato “para a prática de atos deliberadamente atentatórios à soberania nacional”.

“Defendo a aprovação do nosso projeto, que acaba com o deputado home office, com a possibilidade de exercer o mandato fora do Brasil, com sua estrutura de gabinete funcionando e sendo paga com recurso público. É até ilógico ser eleito para exercer função na Câmara e ficar em outro país”, afirmou o petista.

Diferentemente dos outros dois, Chiquinho Brazão, mesmo preso, continuou recebendo salário, com os descontos relativos às faltas que acumulou em plenário. Ele recebeu, em média, R\$ 18,9 mil por mês mesmo estando na cadeia. Mantém uma equipe de 24 funcionários no gabinete que custava cerca de R\$ 120 mil por mês.